



Polo do Centro Cultural Português do Mindelo *Na hora di bai* de Ana Cordeiro

Pág. 2

Guiné- Bissau Portugal apoia projeto de combate à MGF

Pág. 4

Exposição *Potencial Económico da Língua Portuguesa*

Pág. 4



Moçambique Cooperação na segurança interna

Pág. 3

Curitiba recebe II Ciclo da Fotografia Portuguesa no Brasil

Pág. 4

Polo do Centro Cultural Português do Mindelo Na hora di bai de Ana Cordeiro

«A experiência do polo do Mindelo do Centro Cultural Português (CCP), em Cabo Verde, é, a vários títulos, singular. Não está sedado na capital de um país, criou um grupo de teatro de projeção internacional e a diretora que agora sai esteve à sua frente 22 anos, dos 29 anos que passaram desde que o centro, inicialmente dependente da direção-geral da Cooperação, foi inaugurado a 6 de maio de 1985.

Na hora da despedida, Ana Cordeiro, diretora do centro/polo de fevereiro de 1987 a dezembro de 2013, com um intervalo entre 1994 e 1998, durante o qual foi responsável pelas atividades culturais no CCP da Praia, faz um balanço: esses anos, afirma, foram simultaneamente «demasiado tempo», e tempo «suficiente para mudarem as instituições, os países e até o próprio mundo».

A criação do CCP no Mindelo, em reconhecimento da «importância económica e cultural» de uma cidade territorialmente desligada e afastada da capital de Cabo Verde, «surgiu para colmatar alguns vazios culturais», refere Ana Cordeiro, explicitando aquela que foi uma das orientações da atividade do centro, e depois polo, designação que passa a ter quando em 1995 transita para a tutela do Instituto Camões (atualmente Camões, IP), na dependência do CCP da Praia, criado em 1980. «O nosso crescimento e consolidação



Ana Cordeiro

foram sempre orientados pelo dever de darmos resposta às necessidades culturais da população, através de uma agenda cultural diversificada e da oferta de atividades artísticas e formativas inexistentes na sociedade mindelense».

Lembra que, quando a biblioteca do centro abriu era a única biblioteca pública de língua portuguesa no Mindelo, e que, pelos mesmos motivos, o centro criou um coro infantil e um grupo de Teatro (o premiado GTCCPM - Grupo de Teatro do Centro Cultural Português

do Mindelo), dirigido pelo encenador João Branco, que sucede aliás a Ana Cordeiro na direção do polo do Mindelo. Da mesma forma, o centro apostou na edição de livros infanto-juvenis, na abertura de um cybercafé («o primeiro em Cabo Verde»), na oferta de formações em áreas tão distintas como língua portuguesa, história, iniciação teatral e expressão corporal, iniciação à internet, escrita criativa, dança e produção de espetáculos, entre várias atividades.

Mas como «o mundo mudou» e Cabo Verde também, o Mindelo ganhou entretanto novos equipamentos e uma dinâmica que obrigou o centro a mudar. «A língua e a cultura portuguesas foram perdendo espaço na sociedade cabo-verdiana, pelo que se tornou primordial centrar as nossas atividades na divulgação da cultura portuguesa contemporânea e na preservação do nosso património comum», reconhece Ana Cordeiro. A colaboração com instituições portuguesas para a realização de colóquios internacionais sobre temas de história, de ações viradas para a preservação do património, de intercâmbio entre criadores portugueses a cabo-verdianos ganharam assim um peso maior na programação.

Ana Cordeiro nunca sentiu qualquer melindre pelo facto de o CCP do Mindelo ser uma instituição estrangeira. A sociedade mindelense

acolheu o centro de «braços abertos» e a atitude deste foi recíproca. Aliás, em seu entender, num país de língua portuguesa, não faria sentido o centro ser um «corpo estranho». «O conselheiro cultural João Nuno Alçada resumiu muito bem essa filosofia ao defender a ideia de sermos, sobretudo, um Centro Cultural em Português». Mais ainda no Mindelo. Porque se Cabo Verde «é um país acolhedor», a cidade «é especial». Como a diretora cessante disse, há poucos dias, no lançamento de um livro de crónicas sobre a cidade, «o Mindelo é como aquelas extraordinárias e admiráveis mulheres cabo-verdianas que criam os seus filhos, os filhos que os maridos fazem por fora e que ainda acolhem no seu lar, crianças abandonadas e viajantes transviados...». E acrescenta: «a forma como a cidade acolheu o CCP e me adotou explicará algumas das singularidades deste centro».

CRESCIMENTO

A lista de exposições, concertos, espetáculos, palestras e publicações feitos com a colaboração de criadores e intelectuais cabo-verdianos «é impossível de caber nesta entrevista», diz Ana Cordeiro. «De que forma marcámos as pessoas e a vida cultural cabo-verdiana é difícil de avaliar, sobretudo com a objetividade que naturalmente me falta, mas é possível afirmar que contribuímos para a dinamização da vida cultural mindelense».

A diretora cessante fala, no entanto, com «mágoa» do «retraimento do espaço social da língua portuguesa e um consequente empobrecimento no domínio da língua que, sendo ainda oficial, tem cada vez menos espaço no quotidiano das

ilhas». Apesar das dezenas de ações de formação em língua portuguesa, com o apoio de professores portugueses e cabo-verdianos, «não conseguimos dar resposta às carências do ensino do português em Cabo Verde».

Todavia, na hora di bai, Ana Cordeiro não deixa de registar o crescimento do polo/centro do Mindelo em termos de programação, de material de cultura e de equipamentos, ultrapassando, sobretudo graças à internet, «fronteiras que nos estavam vedadas». Pese o facto de o polo continuar sem um espaço próprio – o que dificulta e onera exposições e espetáculos –, de os meios humanos permanecerem os mesmos («passámos de 4 para 5 funcionários e agora de novo 4») e de os orçamentos para a programação cultural serem limitados.

Sobre o novo diretor do polo do CCP do Mindelo, Ana Cordeiro lembra que João Branco trabalha com o centro há 20 anos, dirigindo o GTCCPM, «que é o grupo de Cabo Verde com mais internacionalizações e maior número de produções teatrais levadas a cena (está neste momento a ser montada a 50ª produção teatral), tendo contribuído de forma decisiva para a mudar o panorama teatral cabo-verdiano». João Branco contou também com a «disponibilidade e o apoio necessários para criar e dirigir durante 18 anos o Festival de Teatro Mindelact, um trabalho internacionalmente reconhecido». Conclui: «não lhe falta mérito nem capacidade de trabalho. Se não lhe faltarem os meios, acredito que será capaz de introduzir as mudanças necessárias e dar um novo impulso ao nosso Centro Cultural Português no Mindelo».

Djunta mon¹

«Chegou a Cabo Verde há 35 anos, por um motivo que classifica como «prosaico», o casamento com um cabo-verdiano. Esta licenciada em Filosofia pela Universidade de Coimbra, com um mestrado em Estudos Literários, Culturais e Interartes pela Universidade do Porto, começou por trabalhar como professora cooperante na Praia e depois no Mindelo. Em finais de 1986 soube que a Embaixada procurava uma pessoa para dirigir o Centro Cultural Português (CCP) do Mindelo, criado em 1985. Enviou o currículo, foi selecionada e, em fevereiro de 1987, assinou o contrato. Era então Embaixador José Fernandes Fafe

Ana Cordeiro, 60 anos, vai agora dedicar-se à Ilhéu Editora, fundada em 1989 por um grupo de amigos, que tem sobrevivido, segundo diz, «com algum entusiasmo, mas sem um pingão de profissionalismo». A editora, de que é diretora, tem publicado obras de vários autores cabo-

verdianos, como Germano Almeida, Luís Romano, G.T. Didial, Arménio Vieira e Mário Lúcio Sousa.

Uma atividade, entre outras, que exprime a sua ligação à cultura e à sociedade cabo-verdianas e que se refletiram no seu desempenho à frente do polo do CCP do Mindelo durante 22 anos. «Nestas situações é habitual dizer-se que [as relações] foram exemplares mas, na verdade, foram muito mais do que isso. Foram compreensivas, calorosas, um verdadeiro *djunta mon*».

E conta, a propósito, uma divertida saga que o mostra: «apenas 3 meses depois de ter iniciado as minhas funções no CCP tive de tratar da produção de um espetáculo de palhaços e magia, ao ar livre. Pela primeira vez, e sem qualquer experiência, precisei de resolver uma série de questões que passavam pela escolha do local, autorizações, divulgação, aluguer e montagem do palco, equipamento de som, receção e acompanhamento das artistas, etc., etc. Tudo se foi resolvendo (...) até ao dia do espetáculo, quando verifico que, ao contrário do combinado e já perto da hora de almoço, o palco estava por montar. Tento apressar o processo, explicando que não tinha-

mos iluminação, e que o espetáculo não podia de forma alguma começar depois da hora marcada. Entretanto, a pessoa responsável pelo aluguer e montagem do equipamento de som informa-me que precisava de uma extensão de mais de 30 metros. Em pânico, pergunto-lhe onde diabo poderia arranjar tal coisa. Responde-me que na Rádio Nacional. Corro para a Rádio, apresento-me a um jornalista de serviço, peço para falar com o responsável, explico quem sou, o que se passava, e faço o pedido. Sem delongas nem burocracia, emprestam-me a extensão. Regresso ao polidesportivo onde se ia realizar o espetáculo e o palco começava a ser montado. Pergunto se era necessário mais alguma coisa e dizem-me que não. Quando chego com as artistas uma hora antes do espetáculo, sou avisada que faltava uma escada de palco e que a galinha que ia ser usada num número de magia era demasiado grande. Corro ao lugar que me indicaram, a pedir a escada e, enquanto procuram o responsável e a escada, vou a um bairro da periferia, onde ainda era habitual a criação de galinhas em casa. Logo na primeira porta a que bato, consigo que uma senhora, que nunca me tinha visto na vida,



Espetáculo de Tété, organizado pelo Centro Cultural Português em 1987 no Mindelo

mas terá percebido a minha aflição, trocasse a galinha que levava na mão por uma mais pequena. Pouco tempo depois o espetáculo começa e lá estou eu, como se pode ver na fotografia, a filmar com uma pesada *betamax* ao ombro, e tão divertida com a Tété, com o público de pé, encostado à parte de trás do palco. Guardei esta fotografia com muito carinho, porque ela sintetiza o que foi o meu percurso

ao longo dos anos: trabalhar com pouquíssimos recursos, contando sempre com a colaboração e compreensão de todos e tendo o privilégio de fazer coisas que me deram um enorme prazer e de conhecer pessoas extraordinárias».

¹ *Djunta mon* significa juntar as mãos, ajudar, trabalhar em conjunto para se alcançar um objetivo comum.

Moçambique Cooperação na segurança interna



❑ O Projeto de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Ministério do Interior de Moçambique (MINT), no quadro da cooperação entre Portugal e aquele país africano de língua oficial portuguesa, com financiamento da União Europeia (cooperação delegada), termina em junho próximo. Uma «avaliação a meio do percurso» foi concluída em dezembro passado, destinada a «fornecer aos parceiros envolvidos, designadamente ao Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, ao MINT, à Delegação da União Europeia em Moçambique e ao Ministério da Administração Interna de Portugal (MAI), uma apreciação objetiva» quanto à «conceção, implementação e resultados» do projeto.

O relatório, da autoria do Gabinete de Avaliação e Auditoria do Camões, IP, considera ser «ainda muito cedo para se poderem identificar efeitos, mas o projeto tem condições para ter um importante impacto na sociedade moçambicana». No entanto, avisa, «dada a dimensão da reforma, e as carências já identificadas, não é expectável que as mudanças se produzam a curto prazo», pelo que o documento aconselha «a manutenção do apoio a este setor após o término do projeto».

Iniciado em julho de 2010, este projeto de desenvolvimento de capacidades teve por base o chamado Plano Estratégico de Desenvolvimento Institucional do



MINT (2008), e define como «objetivo geral a melhoria da prestação de serviços aos cidadãos nos domínios da prevenção e combate à criminalidade, identificação dos cidadãos, salvação pública e migração» - as 4 áreas que o MINT tutela por lei. Aponta depois 8 objetivos, que vão desde o reforço da capacidade de prestação de serviços mais eficaz por parte do MINT, passando pela reabilitação de infraestruturas, a melhoria da capacidade de investigação da Polícia de Investigação Criminal (PIC), o reforço da capacidade de planificação estratégica e gestão financeira do MINT, o estabelecimento de um sistema nacional de informação criminal, a melhoria das relações públicas, marketing e comunicação dos serviços desenvolvidos pela polícia, o desenvolvimento de capacidades para apoiar o estabelecimento de uma estratégia nacional de prevenção criminal, até ao «desenvolvimento de uma cultura ética e de medidas de combate à corrupção no Ministério do Interior e na Polícia da República de Moçambique (PRM)». Segundo o relatório, «as autoridades moçambicanas estão empenhadas em integrar medidas anticorrupção em todas as esferas de atuação». Assim, além da legislação, criaram um gabinete de luta contra a corrupção.

O projeto de apoio ao MINT surgiu do pedido das autoridades moçambicanas à UE, tendo Portugal sido convidado a implementá-lo, dadas as mais-valias da cooperação portuguesa nesta área.

COOPERAÇÃO COM PORTUGAL

A cooperação técnico-policial (CTP) entre Portugal e Moçambique é anterior ao atual Programa Indicativo de Cooperação (PIC) entre os dois países 2011-2014, assinado em fevereiro 2012, com um orçamento indicativo de 62 milhões de euros. Remonta a 1995 quando foi assinado o Acordo de Cooperação em Matéria de Segurança Interna entre o MINT e o MAI

A colocação do primeiro Oficial de Ligação (OLI) do MAI na Embaixada de Portugal em Maputo, em 1999, deu «um impulso no trabalho conjunto (...) neste setor de que é exemplo, nesse primeiro ano, o apoio técnico à criação da ACIPOL [Academia de Ciências Policiais] e a elaboração do Plano Estratégico da PRM». A consolidação da CTP verificou-se sobretudo a partir de 2005, com um conjunto de projetos no setor e uma participação mais ativa por parte do então Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD, atual Camões, IP), enquanto «parceiro e cofinanciador».

Em junho de 2010 foi entretanto assinado entre a Comissão Europeia (CE) e Moçambique um acordo de financiamento para o projeto de 'Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Ministério do Interior', orçado em 9 milhões de euros, 6,58 milhões dos quais a cargo da UE. A gestão dos fundos foi confiada a Portugal, através do então IPAD, que cofinancia o projeto com 1,8 milhões de euros (no quadro do PIC 2011-2014), num processo que envolve também o MAI enquanto entidade detentora das competências técnicas no setor. Quer para o IPAD/Camões, IP, quer para a delegação da UE em Moçambique, bem como para as autoridades moçambicanas, este projeto constituiu a primeira experiência de cooperação delegada.

De acordo com elementos avançados pela Divisão de Assuntos Bilaterais da Direção de Serviços de Cooperação do Camões, IP, nas ações levadas a cabo no âmbito do projeto «estiveram ou estão envolvidos mais de 150 formadores (oriundos das forças e serviços de segurança e da proteção civil portuguesas) e cerca de 1.100 formandos moçambicanos». Do total de 157 assessorias técnicas, formações e outras ações previstas, foram já executadas 132 (84%).

O relatório de avaliação passa em revista todo o processo de gestão da conceção e implementação do projeto quanto a uma série de questões, nomeadamente se ele se adequa às necessidades de Moçambique, se a conceção e a programação das atividades permitem atingir os resultados propostos, como foi feita a coordenação das várias ações previstas e se os resultados obtidos são suficientes para alcançar os objetivos definidos.

Apesar das dificuldades sentidas em avaliar os resultados já atingidos, o relatório refere que «há um reconhecimento generalizado dos benefícios do projeto, nomeadamente no desenvolvimento de capacidades que envolve mudança de mentalidades, relações e práticas de trabalho, confirmando a importância da formação, do fortalecimento institucional e do fornecimento de equipamentos como componentes do projeto necessárias à implementação de novas práticas».



Exposição *Potencial Económico da Língua Portuguesa*

❗ A exposição *Potencial Económico da Língua Portuguesa*, que retoma os conteúdos do livro homónimo, um estudo realizado por investigadores do ISCTE sob coordenação de Luís Reto, vai circular na rede do Camões, IP, depois de ter sido mostrada no Parlamento Europeu, Bruxelas, em fevereiro passado, com o patrocínio do deputado Diogo Feio, do grupo PPE Portugal.

A exposição de cartazes, organizada pelo Camões, IP, sob a coordenação científica do ISCTE/IUL – Instituto Universitário de Lisboa, destaca-se pela forte componente visual, que permite assim uma mais ampla divulgação deste importante trabalho de pesquisa. Os dados estatísticos mais relevantes são evidenciados com recurso a tabelas, fotografias e outras estratégias de *design* gráfico.

No quadro da missão do Camões, IP, esta mostra tem por objetivo reforçar o conhecimento sobre a Língua Portuguesa, e assim contribuir ativamente para a sua valorização e difusão no mundo.

Com a chancela da Texto Editores, a obra *Potencial Económico da Língua Portuguesa* foi apresentada na sede do Camões, IP a 5 de dezembro de 2012, pelo professor universitário Marcelo Rebelo de Sousa. Resulta de um trabalho de investigação conduzido por uma equipa do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE - IUL) por encomenda do Camões, IP.

O livro indica a existência de 254,54 milhões de «falantes nativos» de português, correspondente às populações dos 8 países de língua oficial portuguesa.

Este universo de falantes e países corresponde a 3,66% da população mundial e a 3,85% do PIB mundial, respetivamente. Os estudos colocam a língua portuguesa entre a dezena de idiomas ‘supercentrais’, que rodeiam o inglês ‘hipercentral’ e vaticina-lhe “um lugar de relevo no contexto mundial deste novo século”, ao falar do “efeito de rede”.

Curitiba recebe II Ciclo da Fotografia Portuguesa no Brasil



José Pedro Cortes Da série *Things here and things still to come*, 2011
Impressão digital fine art, 100x80 cm, 3 + 1 (PA)

❗ A fotografia contemporânea portuguesa voltou novamente ao Brasil, onde permanecerá até 31 de março. O Ciclo da Fotografia Portuguesa no Brasil, em 2ª edição, um pouco maior do que a realizada em 2013, reunirá o trabalho de dez artistas portugueses no Museu Municipal de Arte de Curitiba (MuMa), no Portão.

Segundo uma nota de imprensa, o II Ciclo vai discutir o tema *Memória*, explorando visualidades ligadas a arquivos, diários e álbuns registados pelas lentes dos fotógrafos portugueses. Da seleção de fotógrafos representantes de diferentes gerações estão os reconhecidos José Pedro Cortes, Inês d’Orey e André Príncipe.

O último já realizou exposições individuais e coletivas em Londres, Portugal, Madrid, Barcelona, Viena e Rio de Janeiro. Inês d’Orey foi vencedora do prémio Novo Talento Fotografia FNAC (2007). José Pedro Cortes é um dos três indicados para o Prémio BES PHOTO deste ano e realiza regularmente exposições em Portugal e Londres. Ainda integram o II Ciclo da Fotografia os artistas Ana Viotti, Daniel Antunes Pinheiro, Maria Leonardo Cabrita, Francisca Veiga, Diogo Simões, Miguel Godinho e Frederico Malaca.

«Como na primeira edição, a curadoria do II Ciclo contempla fotógrafos portugueses de diferentes gerações e em diferentes estágios de suas carreiras profissionais», contextualiza Isadora Pitella, coordenadora e curadora do II Ciclo da Fotografia Portuguesa no Brasil. «Levaremos para os espaços expositivos uma mostra que promove a internacionalização do mercado cultural e artístico nacional fora de seu eixo central e que fortalece um elo, via fotografia, entre as realidades portuguesa e brasileira. Além disso, o II Ciclo amplia o público fotográfico e ações educativas que aumentam o contacto com os diferentes momentos da prática e teoria fotográfica», defende Isadora Pitella.

O evento é financiado pela Direção Geral das Artes, Fundação Cultural de Curitiba (FCC), além do apoio do Camões, IP.

Guiné-Bissau Portugal apoia projeto de combate à MGF

❗ Portugal vai apoiar em 2014 o desenvolvimento de um projeto visando contribuir para a eliminação da mutilação genital feminina (MGF) na Guiné-Bissau, a ser levado a cabo por ONG locais.

A intenção foi revelada pelo secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Luís Campos Ferreira, ao intervir numa sessão alusiva ao Dia Internacional da Tolerância Zero à MGF, a 6 de fevereiro, no auditório do Camões IP, em Lisboa, em associação com a ONGD P&D Factor sob o tema *A MGF e outras práticas tradicionais nefastas na Agenda de Desenvolvimento Pós-2015*.

O apoio de natureza financeira ao projeto (50 mil euros), através do Camões, IP, insere-se numa parceria com o Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP) e expressa a importância que Portugal dá aos direitos humanos e ao combate à discriminação de género patente na candidatura portuguesa ao Conselho de Direitos Humanos para o triénio 2015-2017.

O projeto, com a duração de 6 meses, pretende «informar, educar e comunicar sobre as consequências negativas da prática da MGF/E [excisão] ao nível das regiões de Tombali (comunidades de Quebo e Cacine), Gabú (comunidades de Pitche e Boé) e Oio (comunidades de Bissorã e Mansoa)».

As atividades previstas compreendem, nomeadamente, o reforço das capacidades informativas, educativas e comunicacionais sobre a MGF das ONG parceiras, a realização de um seminário regional para religiosos e dirigentes comunitários, associações de juventude, grupos desportivos e jornalistas das rádios comunitárias, a criação de redes de ex-*famatecas* (executantes da MGF), chamadas a promoverem o abandono da dessa prática.

Outras atividades previstas são a realização de uma campanha de sensibilização nas regiões alvo (elaboração de materiais de

comunicação para uma mudança comportamental – prospetos, dísticos, *t-shirts*, *spots* publicitários, programas de rádio, músicas, gravação e difusão de CD) e apoio à identificação de uma embaixadora nacional para o abandono da MGF.

Os membros das ONG e os jornalistas das rádios comunitárias, particularmente ouvidas na Guiné-Bissau, os grupos de influência e os líderes religiosos e de opinião, assim como as ex-*famatecas* são encarados pelo projeto como sendo capazes de informar as comunidades sobre o caráter nefasto da MGF e de influir na mudança de mentalidade.

O projeto é desenvolvido com base nos mais recentes avanços feitos na Guiné-Bissau na luta contra a MGF, que incluíram a promulgação em julho de 2011 da Lei sobre a MGF, a assinatura de uma *Fatwa* (édito religioso) adotando oficial e publicamente as recomendações do Conselho Nacional Islâmico que condenam a MGF, a criação de redes de religiosos e praticantes da excisão a favor do abandono da MGF, declarações de abandono de práticas nocivas em 157 comunidades e 40.856 pessoas Pirada (região de Gabu) Cambadju (região de Bafatá) e Mansaba (Oio), em 2012, e nove comunidades (1.150 pessoas), na região de Tombali, em outubro de 2013, com o apoio do programa conjunto da UNICEF/FNUAP pelo abandono da MGF na Guiné-Bissau.

A POSIÇÃO DE PORTUGAL

Dados da Organização Mundial de Saúde (OMS) estimam que pelo menos entre 130 a 140 milhões de mulheres, raparigas e meninas tenham sido já submetidas à MGF e que cerca de 3 milhões se encontrem atualmente em risco de lhe serem submetidas. Segundo o Parlamento Europeu, na Europa vivem cerca de 500 mil mulheres e jovens mutiladas e, anualmente, cerca de 180 mil estão em risco.

Existem relatos de situações da

prática de MGF que se passam em Portugal ou de encaminhamento de crianças, aproveitando as férias escolares, ao país de origem para a referida prática. A lei portuguesa tipifica a MGF como crime, seja ela praticada no país, seja no exterior a mando de alguém residente em Portugal.

Explicando a posição portuguesa, Luís Campos Ferreira afirmou que a MGF «é indiscutivelmente uma discriminação de género, na medida em que promove desigualdades e acentua assimetrias de poder, violando a integridade e a dignidade das mulheres de forma absolutamente intolerável», para além de ser «nefasta nas suas consequências para a saúde da mulher e da criança», podendo levar até à morte. «O argumento invocado por alguns de que é uma prática ancestral e fortemente enraizada em algumas comunidades é inaceitável».

O secretário de Estado lembrou que, «no plano internacional, os Objetivos do Desenvolvimento do Milénio [ODM], refletiram, ainda que de forma implícita, a MGF», mas agora, na definição na agenda de desenvolvimento pós-2015, trata-se de «defender de forma explícita uma maior integração da dimensão de direitos humanos, incluindo os direitos em matéria de saúde sexual e reprodutiva, no quadro de uma abordagem abrangente do desenvolvimento», indicou ainda.

Portugal acredita que «a redução das desigualdades e a defesa dos direitos humanos, particularmente das mulheres e das raparigas, bem como o seu empoderamento nas respetivas sociedades, são condições essenciais para o desenvolvimento».

Luís Campos Ferreira elencou quatro aspetos que demonstram o que disse ser «o empenho e determinação do Governo nesta matéria»: a candidatura que Portugal ao Conselho de Direitos Humanos para o triénio 2015-2017, a prioridade dada ao setor da saúde no Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa 2014-2020, com reconhecimento da importância de aumentar o acesso e qualidade de cuidados primários de saúde e o direito à saúde sexual e reprodutiva, a Estratégia da Cooperação Portuguesa para a Igualdade de Género e o III Programa de Ação para a Prevenção e Eliminação da Mutilação Genital Feminina.



Camões, IP

Av. da Liberdade, n.º 270
1250-149 Lisboa
TEL. 351+213 109 100
FAX. 351+213 143 987
www.instituto-camoes.pt
jlencarte@camoes.mne.pt
PRESIDENTE Ana Paula Laborinho
COORDENAÇÃO Margarida Duarte
COLABORAÇÃO Carlos Lobato